



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### **Audiência Pública: “A Situação Atual do Bioma do Cerrado e o Papel do Ministério Público.”**

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, às dez horas, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Tocantins, 202 Norte, Av. LO 04, Conjunto 01, Lotes 05 e 06, Plano Diretor Norte, Palmas, Tocantins, iniciou-se a Audiência Pública sobre “A Situação Atual do Bioma do Cerrado e o Papel do Ministério Público”, sob a presidência do Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público, Jarbas Soares Júnior. Presentes à mesa estavam o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Tocantins (MPTO), Cleonair Renaut de Melo Pereira; o Procurador de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente, José Maria da Silva Júnior; a Secretária Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Meire Carreira; e Jaqueline Vieira da Silva, Superintendente Executiva de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, representando o Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Goiás, Vilmar Rocha, também representando os 12 Estados que compõem o Bioma Cerrado. Estavam presentes também a Secretária de Biodiversidade, Florestas, do Ministério do Meio Ambiente, e palestrante da Audiência Pública, Ana Cristina Barros; o Professor da Universidade Estadual de Goiás e palestrante da Audiência Pública, Sílvio Braz de Sousa; o Presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público do Estado do Tocantins, representando a Associação dos Membros do Ministério Público, CONAMP, Luciano César Casaroti; o Diretor de Gestão Ambiental, representando a Fundação Municipal de Meio Ambiente de Palmas, Diêverson Reis; o Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Rodrigo Justus de Brito; a Representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, (IBAMA), Marilene Ramos; o Superintendente do IBAMA Tocantins, Flávio Luiz de Souza Silveira; o Chefe Substituto da Divisão Técnica da SUPES, IBAMA Tocantins, Sandoval Queiroz; o Representante da Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar, Eurijan Martins Barros; o Presidente da Associação Tocantinense de Preservação Ambiental e Valorização da Vida, Fernando Gomes da Silva; o Promotor de Justiça de Meio Ambiente do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, representando também a Associação Brasileira do MP do Meio Ambiente, Roberto Carlos Batista; a Coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo de Goiás, Suelena Carneiro Caetano Fernandes Jayme; o Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins, João Rodrigues Filho; o Procurador da República no Tocantins, Álvaro Lotufo Manzano; além de outras autoridades. **O Presidente da mesa, Jarbas Soares Júnior**, deu as boas vindas a todos, cumprimentou e agradeceu a presença das autoridades e dos participantes e explicou que a dinâmica da Audiência Pública seria no sentido de ouvir as pessoas que vivem no Cerrado, bioma que está constantemente ameaçado por vários seguimentos. Explicou que, após a abertura e as saudações, seriam ouvidos especialistas para a contextualização da situação atual do Bioma e, em seguida, seriam ouvidos todos os inscritos, de modo que a Audiência Pública pudesse servir de subsídio para fomentar o Conselho Nacional do Ministério Público, para uma Política de Atuação do Ministério Público com essas comunidades, com todos esses órgãos citados, com todos os movimentos sociais, para um

projeto nacional do Ministério Público. Acrescentou que o Bioma Cerrado perpassa vários Estados e ressaltou que o Ministério Público tem uma função fundamental de defesa do Meio Ambiente e de construção de soluções criativas para o desenvolvimento, razão pela qual não há como imaginar o Ministério Público atuando de forma fragmentada. Lembrou ainda a criação e a importância do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), exemplificando atuações relevantes como a regulamentação pelo fim do nepotismo e o controle administrativo-financeiro desempenhado pelos órgãos. Afirmou que os CNMP e o CNJ tem desenvolvido vários projetos que de alcance social e que um deles é o Projeto Biomas, vinculado à Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público. Destacou o papel das Comissões do CNMP, especialmente, o papel da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais e o projeto Biomas. Mencionou que a Audiência Pública é o primeiro passo do Projeto Biomas, que será longo. Ressaltou a necessidade da interação entre os membros do Ministério Público e os especialistas. Ressaltou o Ministério Público, hoje, é a terceira instituição mais respeitada pelo povo brasileiro, depois, apenas, das Forças Armadas e da Igreja Católica. Por fim, agradecendo aos presentes, passou a palavra ao Procurador-Geral do Ministério Público do Estado de Tocantins. Em seguida, o **Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público Estadual de Tocantins, Clenan Renaut de Melo Pereira**, saudou os membros da mesa e os demais presentes. Enalteceu a atuação do Ministério Público, através do Conselho Nacional do Ministério Público Brasileiro na defesa do Meio Ambiente. Registrou que a grave devastação da Mata Atlântica. Destacou a importância do Bioma Cerrado e afirmou que, dentre todos os biomas brasileiros, atualmente, é o que mais vem sofrendo com a degradação ambiental. Informou que o Cerrado brasileiro, segundo maior do país - ficando atrás apenas do Bioma Amazônia -, antigamente, era 2.000.000 km<sup>2</sup>, hoje, está reduzido a 800.000 km<sup>2</sup>. Acrescentou que o Cerrado está concentrado na região do Centro-Oeste, tendo o Estado de Goiás 99% e o Estado de Tocantins 91% de seus territórios tomados pelo Cerrado. Disse ainda que, além do Cerrado, Tocantins congrega os Biomas da Caatinga, da Amazônia e do Pantanal, bem como o o ecossistema do Jalapão, que faz a ligação com a Caatinga, com a região da Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo, com o Amazonas e o Pantanal. Registrou sua preocupação com a degradação ambiental. Por fim, parabenizou o MP e o CNMP. Por sua vez, o **Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (CAOMA) e Procurador de Justiça, José Maria da Silva Júnior**, cumprimentou a todos da mesa e a todos os presentes. Informou que a Audiência Pública tinha por objetivo ouvir a sociedade, especialmente, e, a partir de todos esses elementos, possibilitar ao Ministério Público Brasileiro, por meio do Conselho Nacional do Ministério Público, trabalhar estratégias de atuação na proteção de todos esses Biomas. Dando continuidade, a **Superintendente Executiva da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Jaqueline Vieira da Silva**, saudou a mesa, as autoridades e os demais presentes e agradeceu a oportunidade de participar do evento. Salientou que, nos últimos 12 anos, o Estado de Goiás vem buscando os meios mais eficazes para realizar a conservação do Bioma Cerrado, já que ele recobre mais de 94% daquele território estadual. Pontuou que as soluções, que se tem encontrado para o Estado de Goiás, têm surgido de perguntas, científicas de gestão jurídica e econômica. Continuou dizendo que, no ano de 2002, a, então, Agência Goiana de Meio Ambiente, em mesa redonda, com a, então, Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e Habitação, de posse de recursos financeiros oriundos de empréstimos do Banco Mundial, para apoiar a conservação do Bioma Cerrado no Estado de Goiás, se fez a seguinte pergunta: o que precisamos fazer com o Bioma Cerrado em nosso Estado? O que precisamos fazer com nossas Políticas Públicas Ambientais para, efetivamente, proteger o Cerrado?. Informou que, diante das indagações, os Pesquisadores da Universidade Federal de Goiás contrataram consultoria consorciada de especialistas em Biologia da Conservação e em Cartografia, Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto e obtiveram não apenas um mapa, mas um mapeamento com banco de dados dinâmico, georeferenciados, biológica e ecossistemicamente qualificado, em que identificava as espécies e ecossistemas prioritários

para conservação do Cerrado goiano, fato que deu início ao projeto “Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade no Goiás”. Destacou que, a partir dos resultados desse projeto, o governo de Goiás conseguiu identificar o que queria conservar, espécies e ecossistemas, e o quanto precisava conservar de cada um, em número de espécimes e em área territorial, a fim de que toda a biodiversidade do Bioma estivesse representada a partir dos remanescentes em que estavam indicadas as áreas, na forma de polígonos, que continham representatividade da diversidade biológica do Cerrado goiano conservado. Continuou dizendo que, no ano 2012, um novo avanço científico e de gestão foi gerado, a partir de novas perguntas no âmbito da, então, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. Afirmou que o rol de perguntas girava em torno de problemas antigos, que careciam de novas respostas e que, basicamente, a pergunta que assombrava era: “se os instrumentos de comando e controle, como fiscalização, licenciamento, monitoramento, zoneamentos e outros afins, não se faziam eficazes, para conter as causas legais e ilegais de desmatamento do Cerrado, haveria outros instrumentos de que poderíamos lançar mão para melhorar nosso desempenho de realização de conservação?”. Lembrou ainda que, à época, a questão do aquecimento global já se levantava e, com ela, a assombrosa notícia de que a principal fonte de emissões de gases de efeito estufa, no Brasil, eram o desmatamento e a degradação das florestas, especialmente pelos incêndios florestais. Acrescentou que o advento dos pagamentos por serviços ambientais, como instrumentos econômicos aplicados à conservação, resultou na união da conservação da biodiversidade e a mitigação das mudanças climáticas se encontrarem nos mecanismos de REDD – Redução das Emissões Causadas por Desmatamento e Degradação Florestal – e, então, novas direções surgiram para as perguntas do Gestor Público e Ambiental Goiano, momento em que surgiu um novo aporte de recursos externos, desta vez, do GEF – Fundo Global para o Meio Ambiente – que financiou projetos de conservação do Cerrado, fato que deu ensejo a que, mais uma vez, a pergunta fosse: “como atingir metas de conservação da biodiversidade, de forma efetiva, e contribuir também para a meta de redução de emissões de GEE do Cerrado, assumidas pelo Governo Federal, junto à convenção da ONU sobre mudanças do clima?”. Informou que o Governo de Goiás, por meio da, então, CEMAR, conseguiu definir melhor essas perguntas e as transformou num termo de referência que contratasse um time de especialistas das áreas jurídica, florestal, econômica e financeira, que pudesse nos ajudar a elaborar o marco legal, que estabelecesse um sistema de conservação ambiental, baseado em mecanismos de mercado. Mencionou que foi incluído outros instrumentos complementares aos econômicos, que anelávamos constituir para financiar, efetivamente, a conservação do Bioma, pois, complementarmente, aos investimentos públicos restritos, solicitamos que a norma contemplasse a criação de instrumentos de governança, de transparência, de aconselhamento e validação científica, financeiro e de gestão pública, de forma a robustecer a proteção da floresta e a diminuir os riscos das crises financeiras e orçamentárias públicas que, periodicamente, fragilizavam a proteção do nosso Bioma. Acrescentou que já existe o texto final do marco legal elaborado, minuta de lei sobre pagamento por serviços ambientais, cuja publicação seria capaz de contribuir, significativamente, para o cumprimento de metas da conservação da biodiversidade e de redução de emissões de gases de efeito estufa, por desmatamento e degradação de vegetação nativa e, além disso, os estudos, que subsidiaram a elaboração do marco, trouxeram, por solicitação da SEMAR, um plano de negócios que calculasse tanto a viabilidade econômica e financeira dos mercados de serviços ambientais estruturados como a viabilidade econômica da política pública, ora em criação pela norma, uma inovação em elaboração de políticas públicas no Brasil. Por fim, ressaltou que o principal desafio para a conservação do Cerrado, hoje, não seja a falta de soluções efetivas ou obsolescência de antigos mecanismos legais ou institucionais, mas a o desafio de os representantes políticos, os gestores públicos das áreas jurídicas e fazendárias, pensarem de forma profunda e interdisciplinar. Dando continuidade à audiência, a **Secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Ana Cristina Barros**, após cumprimentar a todos, registrou que deixou o material sobre o Bioma Cerrado do Ministério do Meio Ambiente

disponível. Iniciou sua apresentação destacando que o Bioma Cerrado é a o reservatório de água que abastece quase todas as nossas bacias hidrográficas. Acrescentou que, por outro lado, o Cerrado é a floresta de cabeça para baixo, pois a biomassa que se vê no Cerrado é, em muitas áreas, até 20%, apenas, da biomassa do Bioma, por conta da profundidade das raízes e da rede de raízes e isso tem um papel fundamental nos esforços de redução de emissão e manutenção da estabilidade do clima global. Registrou que uma das principais publicações do Ministério do Meio Ambiente sobre o Cerrado, é o Plano de Controle e Prevenção de Desmatamento e Queimadas do Cerrado, instrumento que estabelece a Curva de Desmatamento do Cerrado, desde 1999 até 2010, com a sua projeção até 2020, tal qual estabelecida na Política Nacional de Mudanças Climáticas, que embasou o compromisso brasileiro, na Conferência de Clima, em Copenhague, que previu que a meta para o Cerrado é reduzir, em 40%, o desmatamento e, portanto, as suas emissões. Informou que, segundo o histórico médio, que é usado para as referências nas metas de redução de emissão, na Conferência de Clima, há um histórico de uma perda de Cerrado de 15.000 km<sup>2</sup> ao ano. Continuou dizendo que foi feito um primeiro levantamento em 2002 e os outros levantamentos em 200, 2009 e 2010. Registrou que a área de desmatamento do Cerrado corresponde aos picos de desmatamento que existiram na Amazônia e que chamaram a atenção do mundo. Destacou que metade do Cerrado ainda está preservada, tendo áreas, como São Paulo, onde o Cerrado praticamente inexistente e outras, como Tocantins, onde há 75% da cobertura vegetal. Ressaltou que cinco anos de expansão do agronegócio, que garante a Balança Comercial Brasileira, tem que se entender o papel da produção de grãos, o papel da produção agropecuária. Mostrou mapas e estudos. Demonstrou que, segundo os mapas, existe uma expansão fortíssima da agropecuária no oeste da Bahia e que na região do Mapitoba a fronteira de desmatamento é bastante intensa. Destacou a importância do monitoramento da situação do Cerrado ser a primeira agenda prioritária. Ressaltou que a segunda agenda prioritária é o quadro do Cerrado em termos de unidade de conservação, que compreendem, hoje, 8% do Bioma Cerrado. Mostrou mais dados e estatísticas em slides. Lembrou que, hoje, as terras indígenas do Cerrado cobrem uma área de 4% e que são, fundamentalmente, um espaço de garantia de direito das comunidades indígenas, mas que, por definição própria, num processo construído, participativamente, da Política Nacional de Gestão Ambiental de Terra Indígena – PNGA. Destacou a importância de que os órgãos ambientais, inclusive o Ministério do Meio Ambiente, fossem capaz de mais, integralmente, a incluir, nas suas métricas e nas suas políticas, as ações voltadas às terras indígenas e aos territórios quilombolas. Tratou ainda do Código Florestal e o Cadastro Ambiental Rural. Registrou que o Cadastro Ambiental deu ao Brasil, como instrumento implementador do Código, a possibilidade de, praticamente, duplicar a sua área protegida. Ressaltou que, no Código está inscrito, por lei, que todo e cada proprietário rural, no país, tem a obrigação de manter a sua Reserva Legal, as suas áreas de preservação permanentes e, isso dá uma área de, no mínimo, 20% em reservas do território nacional. Destacou que o Cadastro Ambiental Rural, implementado, vai gerar para o país uma área, possivelmente, do mesmo tamanho do seu sistema de áreas protegidas. Em complemento, mostrou dados sobre o Cadastro Ambiental Rural. Em seguida, o Professor Mestre da Universidade Estadual de Goiás, **Sílvio Braz de Sousa**, após saudar a todos, compartilhou os trabalhos que estão sendo desenvolvidos no Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento da Universidade Federal de Goiás. Inicialmente, mostrou um panorama do Bioma Cerrado, ressaltando dados demográficos e geográficos e a importância do Cerrado no contexto nacional. Registrou que o Bioma Cerrado é um *hotspot* de biodiversidade e explicou que *hotspot* é uma área da superfície, em que a gente tem endemismo singular. Lembrou que o Cerrado é também um importante fixador de carbono da atmosfera. Mostrou dados sobre os limites do Cerrado. Realizou sua apresentação, com mapas e dados, concentrada em três eixos: primeiro, uso e cobertura da terra; segundo eixo, desmatamentos e expansão de fronteira agrícola; e terceiro eixo, áreas protegidas e biodiversidade. Durante sua apresentação, registrou que os desmatamentos vem ocorrendo principalmente nas fronteiras agrícolas. Mostrou todos os

remanescentes do Cerrado por Município em mapas e cálculos realizados pelo palestrante. Durante sua fala, destacou a necessidade de fortalecer a distribuição das unidades de conservação. Mostrou aos presentes uma representação, criada pelo Geógrafo Rui Moreira, da Amazônia como fronteira biológica. Tratou do Decreto 4.297 que instituiu o Zoneamento Ecológico Econômico que foi usado como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente. Alertou para os erros em relatórios e em documentos oficiais. Registrou que o Cerrado Brasileiro é um recorte que, cada vez mais, tem chamado atenção da comunidade internacional e, por isso, o Banco Mundial está gastando US\$ 10 milhões para subsidiar pesquisas. Por fim, lembrou que aproximadamente 50% do Bioma já foi completamente devastado e se dos 50% não devastados, aproximadamente, só 20% desempenham a função ecológica como deveria desempenhar. Agradeceu e deixou os dados e mapas disponíveis. Em seguida, **Jaqueline Silva Oliveira**, após cumprimentar a todos, apresentou o Projeto Pé de Cerrado, iniciativa que tem como linha de atuação a preservação, recuperação dos recursos hídricos da biodiversidade do Cerrado, integrando tecnologia sustentáveis com a participação da Comunidade Ceresina. Registrou que o Projeto Pé de Cerrado isolou 220,21 hectares de córregos e nascentes; reflorestou 130 mil; construiu um viveiro para 140 mil mudas, sendo 50 espécies nativas do Cerrado e desenvolveu técnicas de conservação de solo em 1.231,15 hectares. Informou que o Projeto trabalha com a produção inclusiva de agricultores familiares, com o uso de tecnologias sociais, visando a utilização da agroecologia e a conscientização. Por fim, mostrou um vídeo sobre o trabalho desenvolvido pelo Projeto Pé do Cerrado. Em continuidade à audiência, **Suelina Fernandes** destacou a grandeza do desafio de tentar alcançar a sustentabilidade e sugeriu o encaminhamento de aproximação com o Cadastro Ambiental Rural por meio de convênio para fornecimento de informações que possam ser úteis. Em seguida, o **Presidente, Jarbas Soares Júnior**, disse que a sugestão da participante Suelina Fernandes estava anotada na ata e que levaria para o grupo de trabalho. Lembrou ainda que, na verdade, a audiência pública é somente para apresentar propostas, mas para também criticar e cobrar o Ministério Público, porque o Conselho Nacional do Ministério Público possui esse dever de cobrar do Ministério Público e trazer informação correta para o cidadão. Dando continuidade às participações, o **Professor de Educação Indígena, Cacique Cassiano Apinajé**, após cumprimentar a todos, apresentou-se como representante do povo Apinajé e demais povos indígenas de Tocantins. Em sua fala, referiu-se especialmente às reservas indígenas, com a finalidade de noticiar que, recentemente, a área da Reserva Apinajés sofreu, em suas palavras, um "devastamento terrível". Informou que o fato foi levado ao Ministério Público Federal. Registrou sua preocupação com o avanço do agronegócio em seu Estado. Pediu para que as autoridades se preocupem com as questões indígenas. Em seguida, **Geólogo do Ministério Público e Professor do Instituto Federal, Bruno Machado Carneiro** tratou especialmente de dois pontos: da capacitação técnica dos membros e servidores e a questão relacionado ao MATOPIBA, última fronteira agrícola. Em relação à capacitação dos membros e servidores do Ministério Público, defendeu que os órgãos ministeriais firmassem convênios técnicos científicos para que fosse possível realizar capacitações e atender as demandas ambientais a contento, além de convênios com instituições de pesquisa, de modo a auxiliar o Ministério Público e os órgãos de controle. Em relação ao segundo ponto, informou que já tiveram vários convênios do Ministério do Meio Ambiente, fontes internacionais, Agência de Cooperação Japonesa, Agência de Cooperação Alemã e que estão há mais de cinco, seis anos, na luta da implementação do mosaico, das unidades de conservação do Jalapão e não avançou. Defendeu ações integradas destinadas a fiscalizar as licenças de desmatamento que foram realizadas para região do MATOPIBA, para que se possa coibir esse desmatamento desenfreado no Estado do Tocantins, sob pena de, em pouco tempo, nós estamos passando aí, por esse processo de ausência de recursos hídricos. Em continuidade, o **Coordenador Regional da FUNAI/Tocantins, André Takeshi Matsubara**, criticou a atual situação de conservação das florestas brasileiras e o Estado fiscalizador, o qual, segundo ele não consegue cumprir seu papel por ser excessivamente burocrático. Criticou ainda a ausência de fiscalização e a inefetividade dos mecanismos de

proteção ambiental. Registrou o desconhecimento do público em geral acerca da biodiversidade brasileira. Fechou, enfim, sua fala com a denúncia da falta de vontade política no Estado do Tocantins para a criação de unidades de conservação, uma vez que os processos relativos à finalidade estão, segundo o ele, congelados. Em seguida, **Fabiola Rachel Nunes Preihs**, representante do Projeto Taquarussu, disse estar em nome do “Uma Fonte de Vida”, projeto de pagamento por serviço ambiental desenvolvido na Bacia do Ribeirão Taquarussu Grande, em Palmas, bacia que abastece cerca de 67% do Plano Diretor de Palmas. Sugeriu ao Conselho Nacional do Ministério Público ações diretas, quanto à regularização ambiental das propriedades rurais. Em continuidade aos trabalhos, representante da **Diretoria de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador, Elke Oliveira Pereira**, exaltou a importância da audiência pública para o setor da saúde. Tratou da questão do uso de agrotóxicos, levantando o impacto da utilização dos agrotóxicos na vida das pessoas, tais como intoxicações, doenças entre outros. Em seguida, **Henrique Garcia dos Santos** trouxe dados ambientais do Estado do Tocantins. Informou que, no ano passado, no final do governo, assistiu-se, em Tocantins, uma série de desmanches de políticas públicas voltadas para o meio ambiente. Opinou ser papel fundamental do Ministério Público o acompanhamento das políticas públicas ambientais. Passou a tratar do tema Cadastro Ambiental Rural (CAR). Destacou que o CAR propicia transparência, pois confere identidade à propriedade rural. Em relação ao desmatamento, sustentou que, no caso da Amazônia Legal, existe o problema da pacificidade e o das grandes dimensões territoriais. Afirmou que o desmatamento vem como consequência, ou como mote, de criação da posse da terra e que sua preocupação é de ver o CAR começando a ser utilizado com esse mesmo instrumental, de de legalizarem a posse de algumas terras, fato que contraria o objetivo do CAR. Defendeu que o trabalho não pode ficar a cargo de apenas um ou dois órgãos, mas ser compartilhado com o Ministério Público e ONGs. Afirmou que, apesar de sua importância, o CAR, por si só, não é o suficiente. Sustentou que já existe a tecnologia necessária, mas o que ainda falta é o compartilhamento da informação. Destacou o desafio da restauração ambiental. Por fim, afirmou que existem várias políticas públicas à disposição, as quais, contudo, não são utilizadas, e que tais políticas deveriam ser integradas com o Cadastro Ambiental e outros instrumentos, sejam as unidades de conservação, seja o pagamento de serviços ambientais. Dando continuidade às participações, a **professora da Universidade Federal de Tocantins, Janaína Neves Augusta de Souza**, iniciou sua fala reafirmando o compromisso da academia em introduzir dados confiáveis. Afirmou que acredita que a Universidade é ainda é um dos poucos ou único espaço que existe uma certa liberdade de se expressar e até contestar alguns dados oficiais que acabam corroborando, em alguns momentos, determinadas políticas públicas. Disse que é necessário pensar e reafirmar que o projeto societário pensado para os Estados que compõe o Bioma, dentre os quais, principalmente, o Tocantins, fazem parte e são contrários à decisão de uma culturalidade. Contextualizou essa construção dentro da perspectiva Geopolítica da Amazônia, lembrando que, principalmente, o Estado do Tocantins faz parte de um projeto e norte competitivo, que estabelece muito mais, a exploração econômica, do que, propriamente, a preservação desses povos. Lembrou que um dos objetivos da Audiência é apresentar alguns indicadores, algumas estratégias, para o Ministério Público, tendo como estratégia de aproximar e preestabelecer diálogo com esses pesquisadores e questionadores, principalmente, esses povos originários de populações tradicionais, que sofrem o impacto dos grandes projetos pensados para a Amazônia Legal, que inclui o Estado do Tocantins. Defendeu a necessidade de descentralizar as ações ambientais e uma maior aproximação do Ministério Público com a população. Em seguida, **Gustavo Oliveira** ressaltou o problema do desmatamento. Registrou a importância de efetivamente ouvir as comunidades tradicionais, e não apenas dar espaço ao conhecimento puramente técnico-científico. Sustentou que o Ministério Público é um órgão importante na defesa das comunidades tradicionais, mas está precisando de mais diálogo com essas comunidades. Em continuidade às participações, **Maurício Alexandre Araújo** trouxe dados sobre áreas protegidas e afirmou que a efetividade dessas áreas é ainda crítico, pois, muitas vezes, apesar

de cradas as unidades de conservação, elas não são implementadas. Acrescentou que, na questão da regularização fundiária, em boa parte das APAS, não existe plano de manejo, fato que desencadeia um grande problema de gestão, pois faltam tais documentos para a tomada de decisões. Defendeu um papel mais efetivo na defesa das populações tradicionais e da biodiversidade. Sugeriu ao Ministério Público ficar atento ao cumprimento da legislação ambiental pelos órgãos ambientais. Em seguida, **Túlio Dornas** focou sua fala na questão da conservação da biodiversidade no Estado de Tocantins. Para ele, em relação à conservação da biodiversidade, forma mais efetiva de conservação é a criação das Unidades de Conservação de Proteção Integral, pois outros instrumentos não são suficientes. Defendeu, portanto, a criação de Unidades de Proteção Integral como forma de conservação da biodiversidade. Como sugestão de encaminhamentos e recomendações, pediu a atuação do Ministério Público, até onde fosse possível, na instituição das Unidades de Proteção Integral. Registrou a importância do CAR, porque, uma vez que estiverem as propriedades delimitadas com suas reservas legais delimitadas, existem meios do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, para se criar unidades de conservação onde não há o desapropriação do proprietário, mas aquelas áreas permanecem conservadas. Lembrou dos atropelamentos de animais nas rodovias, razão por que é importante que, os estudos de impacto, os estudos de Engenharia, para a construção e pavimentação das estradas, tenham um sistema de proteção dessa fauna. Dando continuidade à audiência Pública, a **professora da Universidade Federal do Tocantins, Elineide Marques**, ressaltou a importância do diálogo do Ministério Público com a sociedade. Disse que acompanha de perto a questão das hidrelétricas e que isso tem influência direta no Cerrado. Chamou à atenção para a questão das matas ciliares, que dentro das áreas inundadas pelas hidrelétricas, são uma grande parte da vegetação perdida. Manifestou que outra preocupação se refere ao pagamento dos serviços ambientais, que, apesar de ser uma política interessante, preocupa porque a partir do momento em que se considera que tudo tem um preço, não se saberá o que vamos fazer com as coisas que estão impagáveis, tais como áreas de biodiversidade, de vegetação e questões culturais. Levantou, por fim, sua preocupação com o processo de construção de hidrelétricas e a participação do Ministério Público. Após a fala da professora, o **Presidente, Jarbas Soares Júnior**, esclareceu que o Ministério Público, nesses anos todos, e agora com o Conselho nos últimos 10 anos, tem procurado se preparar para essas demandas todas e que há um investimento na cultura da mediação, da conciliação. Dando continuidade aos trabalhos, o representante da **Associação Brasileira de Membros do Ministério Público de Meio Ambiente, Promotor de Justiça, Roberto Carlos Batista**, ressaltou a importância da pauta e da audiência. Mencionou que a UNESCO publicou, em 2001, um trabalho sobre a importância do Cerrado e da criação do Núcleo da Biosfera do Cerrado no Distrito Federal. Explicou que desde 2000 já se alegou que as áreas mais preservadas eram as seguintes: Parque Nacional; Águas Emendadas, que é o nascedouro de três grandes bacias brasileiras; e área de levante interesse ecológico, Gama da Cabeça de Veado. Salientou que essas três unidades são de uso de Proteção Integral, e são elas quem mantém, hoje, a maior parte da vegetação do Bioma Cerrado. Comentou que há dificuldades na elaboração do plano de manejo, na definição da poligonal e na delimitação do espaço necessário para a manutenção da biodiversidade. Ressaltou a importância de se considerar que o Cerrado ainda não foi explorado suficientemente do ponto de vista de pesquisa e investigação científica. Enfatizou a necessidade de se considerar a conjugação entre saúde e meio ambiente nas políticas públicas brasileiras. Exemplificou com a França, que tem o Plano Nacional de Política Nacional de Ambiente e Saúde desde 2004, conjugando essas duas políticas. Invocou o CNMP a encaminhar os dados apresentados pelo Ministério do Meio Ambiente em forma de sugestão para a construção de políticas públicas integradas, com os principais problemas que foram levantados. Enfatizou a necessidade de se construir um banco de sementes para conservar e evitar a dissipação das espécies do Cerrado. Pontuou que o desenvolvimento não deve ser sustentável apenas para o agronegócio, mas um equilíbrio entre os aspectos sociais, culturais, ambiental, e econômico e que as políticas, sejam elas Municipais, Estaduais ou Federais,

devem estar atentas para os compromissos firmados pelo Brasil no âmbito internacional. Em seguida, o **Titular do Office de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Índios e Comunidades Tradicionais da Procuradoria da República no Estado de Tocantins, Procurador da República Álvaro Lotufo Manzano**, parabenizou o Conselho Nacional pela realização da Audiência e propôs que o Ministério Público Estadual faça Audiências periodicamente no Estado com a finalidade de aproximar o Ministério Público Estadual com o Ministério Público Federal, além de ouvir a comunidade e academia. Destacou que, na área ambiental, as ações produzem efeitos sinérgicos, que atingem outras regiões e, por isso, a atuação do Ministério Público não pode ser isolada. Ressaltou a necessidade de se estabelecer uma atuação coordenada a fim de se alcançar efetividade. Comentou sobre os dois modelos básicos de conservação da biodiversidade: um que se delega ao Estado a tarefa de criar locais de preservação e outro que deixa essa tarefa a cargo da iniciativa privada. Comentou que o modelo adotado pelo Brasil é híbrido, pois há, ao mesmo tempo, a criação do sistema de unidades de conservação pelo Poder Público e a imposição do dever de manter áreas de reserva legal e áreas de preservação permanente à iniciativa privada. Defendeu que o modelo de unidades de conservação públicas está esgotado no Brasil, pois não há onde criar mais unidades de conservação, sem atingir populações que já estão há muito tempo sedimentadas nesses locais. Crítico a criação dessas áreas por Decreto de forma irresponsável, sem posterior investimento nas unidades de conservação. Ressaltou que a melhor solução é exigir que as propriedades rurais, efetivamente, tenham as suas áreas de reserva legal preservadas. Chamou atenção para a indústria do carvão vegetal, que alimenta as siderúrgicas de Minas Gerais e do Pará, e é pernicioso para o Cerrado. Sinalizou a necessidade de que haja atuação no local de origem das siderúrgicas, já que a Lei impõe que elas sejam autossuficientes na geração energética. Destacou os avanços quanto ao processo de Licenciamento Ambiental, que costumava ser meramente homologatório e, atualmente, ocorre antes do Leilão. Por fim, pontuou que ainda há problemas nas negociações entre empreendedor e impactado e que cabe ao Ministério Público garantir que os processos de Licenciamento Ambiental sejam efetivamente participativos. Logo após, o **Presidente** ressaltou a importância da atuação do Ministério Público para assegurar a preservação dos Biomas, principalmente através da constituição de unidades de conservação. Com a palavra, a **Promotora de Justiça do Ministério Público Estadual, Maria Roseli de Almeida Pery**, ressaltou a necessidade de estratégias concretas para que o Ministério Público possa dar respostas para a população. Explicou a relação entre a saúde e o meio ambiente e que a Lei dispõe que o dever do Estado de garantir a saúde não exclui o da sociedade. Destacou a importância de garantir saúde para todos, de maneira universal, integral, igualitária, gratuita, no campo do direito a redução do risco. Saliou que é mais oneroso para o Estado dar assistência aos que adoecem do que investir em projetos de prevenção de doenças voltados para o meio ambiente. Por fim, colocou sua Promotoria de Justiça à disposição em projetos futuros, uma vez que a Vigilância Ambiental é uma das competências do Sistema Único de Saúde. Com a palavra, o **Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente - CAOMA, o Procurador de Justiça José Maria da Silva Júnior**, mencionou que o Ministério Público de Tocantins, desde de 2010, trabalha na ideia de um projeto, o "Programa Propriedade Legal". Explicou que o projeto propõe uma ferramenta de monitoramento da gestão territorial e florestal para o uso na atividade fim do Ministério Público. Acrescentou que o projeto foi feito com recursos de ajustamento de conduta e está próximo de ser concluído. Comentou que há a oportunidade de implementar, efetivamente, os novos instrumentos do Código Florestal, como o Cadastro Ambiental Rural. Enumerou os benefícios proporcionados pela base geoespacial do projeto, como a identificação dos usos predominantes da terra na bacia, das características fundiárias, da situação em relação à Legislação vigente, das zonas com o maior risco de erosão e enchentes, das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, dos processos de degradação de forma especializada e quantitativa, dentre outros. Ressaltou que o objetivo da base é prover uma visão geral dos aspectos fisiográficos vegetacionais, hidrográficos; possibilitar o conhecimento da dinâmica



atual do uso da terra e práticas adotadas no território; identificar a malha fundiária existente, a rede de drenagem, as áreas de preservação permanente e as áreas associadas. Acrescentou que os focos da utilização desses instrumentos são os seguintes: estimar as demandas de restauração de áreas degradadas identificadas por satélite de forma mais apurada; quantificar as áreas conservadas com precisão elevada; e planejar a adequação ambiental das propriedades rurais. Citou que, atualmente, há obrigatoriedade de conservação das APPs e de que cada propriedade tenha sua Reserva Legal. Salientou que, se todas as propriedades cumprirem o que diz a Lei, haverá garantia da preservação de uma parte significativa do território nacional. Propôs a utilização das informações georreferenciadas junto a uma estratégia de recuperação das áreas, priorizando aquelas que estiverem mais ameaçadas em termos de conservação. Mostrou mapas e imagens do projeto a fim de exemplificar os benefícios das técnicas empregadas. Enfatizou que o Ministério Público trabalhará para acompanhar o Cadastro Ambiental Rural e para recuperar as áreas degradadas a partir dos instrumentos legais disponíveis, como Ajustamentos de Conduta. Mencionou que a ideia é expandir o projeto para o Estado, mas que este não se interessou, de modo que as atividades estão concentradas no Município de Palmas. Acrescentou que todo o material exibido está disponível no Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente. Finalmente, declarou que já há minuta de convênio para que toda a base seja repassada para o Município operacionalizar a estratégia junto ao Cadastro Ambiental Rural e que há outro projeto em vista, cuja finalidade é acompanhar a pressão dos loteamentos irregulares em imóveis rurais. O **Presidente** comentou a respeito de um projeto de mapeamento da Mata Atlântica em Salvador, viabilizado através da parceria entre a Prefeitura e o Ministério Público, também com recursos dos Termos de Ajustamento de Conduta. Pontuou que são projetos possíveis de ser nacionalizados e que vislumbra a atuação futura do Conselho nos grandes Projetos Nacionais. Agradeceu a todos que participaram e passou a Presidência final da audiência ao **Procurador de Justiça José Maria da Silva Júnior**. Na sequência, a **Secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Ana Cristina Barros**, noticiou que a Secretaria de Biodiversidade e Floresta, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Secretaria de Meio Ambiente de Goiás (SECIMA) assinaram um Memorando de Entendimento para trabalhar em conjunto no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e a APA Estadual de Pouso Alto. Afirmou que há uma agenda para discutir os seguintes temas: a possibilidade de ampliação do Parque; o trabalho com Cadastro Ambiental Rural; o Plano Nacional da Espécie do Pato Mergulhão, que é ameaçada e única daquela região; e o incentivo ao turismo. Considerou que, embora haja convergência de objetivos entre os órgãos competentes, também há muitos desentendimentos. Salientou que o objetivo comum não é suficiente para as ações coletivas, de modo que é imprescindível a arte e ciência de fazer com que vários caminhem na mesma direção. Finalizou comentando que foi na base do respeito e da construção de uma boa relação que foi possível chegar ao referido Memorando de Entendimento. Com a palavra, o **Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente - CAOMA**, o **Procurador de Justiça José Maria da Silva Júnior**, afirmou que o Memorando de Entendimento citado pela Secretária Ana Cristina Barros é um marco bastante significativo, embora discreto. Mencionou a existência de inúmeros projetos do Tocantins que estão prontos, com recursos do BNDES, mas estão parados na Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Sugeriu que o Ministério do Meio Ambiente dê incentivos e cobre o Estado para que esses projetos possam ser desenvolvidos. Em seguida, o **Pequeno Produtor Rural, Jair Francisco de Azevedo**, ressaltou que há cinco grupos populacionais distintos no Tocantins, a saber: os indígenas; os quilombolas; os nativos não índios e nem quilombolas; os chegantes de outras regiões por conta própria; e os assentados de outras regiões pelo Governo Federal. Afirmou que as políticas públicas, geralmente, são direcionadas a todos os grupos, exceto os nativos não índios e nem quilombolas. Defendeu que o não aproveitamento do material lenhoso para uso de carvão é um equívoco das políticas governamentais, que causam prejuízo ao pequeno produtor e ao Município. Destacou que os Órgãos Ambientais não permitem que o pequeno

produtor transforme a madeira em carvão, através da queima controlada, mas permite que os grandes façam leiras e mais leiras de madeira e as destruam pelo fogo. Acrescentou que o pequeno produtor é o maior interessado na preservação do pedacinho de terra que adquiriu com o próprio suor. Explicou que a derrubada para fabricação de carvão renova a flora constantemente, pois ao se cortar um pé de Angico ou Vaqueta, nascem mais de três no próprio toco e mais de dez no círculo coberto pela sua copa. Criticou o fato de que, hoje, nem a madeira derrubada pelas ventanias pode ser utilizada para a fabricação de carvão, para a manutenção da fazenda ou para a venda, pois não se consegue a Licença dos Órgãos Ambientais. Concluiu que a madeira que cai é consumida pelo fogo, consistindo em um grande equívoco antieconômico das políticas públicas. O **Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente - CAOMA**, o **Procurador de Justiça José Maria da Silva Júnior**, enalteceu a importância das Audiências Públicas nos Biomas. Destacou que as bases estão lançadas e que as Comissões e o Conselho Nacional estão empenhados para planejar e eleger prioridades a partir dos dados apontados nas Audiências, com a finalidade de fomentar a atuação mais proativa, técnica e organizada do Ministério Público Brasileiro em todo o território nacional. Defendeu a ideia do Procurador da República, Álvaro Lotufo Manzano, de que a realização de Audiências Públicas em todo o Estado é necessária, sobretudo para a implementação do novo Código Florestal. Ressaltou a importância de se utilizar ferramentas de geotecnologias para acompanhar, prevenir, recuperar e traçar estratégias para a efetiva proteção da biodiversidade brasileira. Por fim, agradeceu a todos os participantes e encerrou a Audiência Pública, informando que a Ata será disponibilizada no site do Conselho Nacional para consulta. Assinam esta ata Jarbas Soares Júnior, Conselheiro Nacional do Ministério Público e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, e eu, Lilia Milhomem Januário, Analista da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, que a redigi.



**Jarbas Soares Júnior**  
Conselheiro Nacional do Ministério Público  
Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais



**Lilia Milhomem Januário**  
Assessora da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais